

Um Velho Mundo ainda por ser descoberto? Estudos europeus no Cone Sul latino americano¹

81

ANDRÉS MALAMUD
MIGUEL DE LUCA

INTRODUÇÃO

O Cone Sul da América Latina reúne algumas das sociedades mais europeizadas do mundo, perdendo apenas para a descendência britânica no Novo Mundo. Seus povos foram moldados primeiro pela colonização europeia e, posteriormente, pela migração em massa, e suas ligações demográficas e culturais com o Velho Continente não se limitam aos contatos com as antigas metrópoles, expandindo-se de modo a incluir uma mistura de italianos, alemães e outras heranças europeias. Além disso, os países do Cone Sul estão embarcados em um processo de integração regional que inspira-se fortemente na experiência europeia: o Mercado Comum do Sul – Mercosul. No entanto, o desenvolvimento e a influência da União Europeia (UE) não tem permeado currículos acadêmicos tanto quanto em outras regiões do mundo, como a Ásia ou a América do Norte. Até 2011, havia apenas um curso de pós-graduação em estudos da UE, mas não departamentos, institutos ou programas importantes dedicados ao estudo da integração europeia ou política europeia em geral. Quanto aos programas da UE, havia apenas um Centro de Excelência

1 Agradecemos a Jorge Lanzaro, Lorena Oyarzún, Miriam Saraiva e Luís de Sousa por informações e comentários. Esse artigo foi primeiramente publicado em *European Political Science* 11(3), 2012, 325-36.

e quatro Cátedras Jean Monnet (três das quais em estudos jurídicos). Além disso, 16 Módulos Jean Monnet e três projetos menores já foram financiados – uma quantidade muito modesta quando comparado com outras regiões². Seja sob o guarda-chuva de estudos de área, políticas comparativas ou relações internacionais, falta visibilidade acadêmica institucionalizada à “Europa”, embora isso possa estar mudando. Este artigo faz um balanço da história e da evolução dos Estudos Europeus na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, a fim de avaliar tal paradoxo e suas perspectivas.

A INFLUÊNCIA EUROPEIA E O CRESCIMENTO DAS CIÊNCIAS POLÍTICAS NA AMÉRICA DO SUL

O desenvolvimento das ciências políticas na América Latina tem sido tardio e assimétrico. Até hoje, apenas alguns países apresentam certo grau de institucionalização, ou seja, cursos universitários de qualidade, uma massa crítica de acadêmicos em tempo integral e publicações de renome especializadas. O grupo de vanguarda inclui a Argentina, o Brasil e o México, enquanto o Chile, a Colômbia e o Uruguai estão recuperando o atraso e os demais vem atrás (Altman 2006; Huneeus 2006). O progresso da disciplina foi associado à terceira onda de democratização, pois ela não só fomentou um interesse crescente sobre política, mas também permitiu o retorno de um número de estudiosos exilados e incentivou a criação de departamentos de ciências políticas. Na Universidade de Buenos Aires, a maior e mais prestigiada da Argentina, o departamento de ciências políticas só foi aberto em 1985. Um dos 34 departamentos em todo o país, o curso matricula um terço dos estudantes de graduação da nação. Seu equivalente uruguaio, o Instituto de Ciências Políticas da *Universidad de la República*, foi criado no mesmo ano e atualmente domina todo o ensino, pesquisa e debate público. No Chile, o Instituto de Ciências Políticas da Universidade Católica foi criado em 1969-70, mas foi só em 1982 que o primeiro curso de bacharelado foi oferecido; e, ainda mais importante, em 1984 foi lançada a *Revista de Ciencia Política*, que se tornou progressivamente uma das revistas disciplinares mais prestigiadas no idioma espanhol. No Brasil, as ciências políticas se firmaram nos anos 1960 e 1970 como uma reação contra os paradigmas sociológicos que prevaleciam na Universidade de São Paulo. Opondo-se à hegemonia de autores europeus em sociologia, dois

2 Fonte: http://eacea.ec.europa.eu/llp/jean_monnet/jean_monnet_en.php (acessado em 3/3/2012).

grupos de pioneiros decidiram obter treinamento acadêmico em universidades americanas. Liderados por Fábio Wanderley Reis, da Universidade Federal de Minas Gerais, e Guilherme Wanderley dos Santos, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), alguns dos que viriam a figurar entre os nomes mais proeminentes da ciência política brasileira, encontraram refúgio em instituições estrangeiras e foram financiados pela Fundação Ford (Forjaz, 1997). Estilo positivista em oposição ao ensaístico, mineiros e cariocas em oposição a paulistas, orientação norte-americana em oposição à europeia: estas são as matrizes que tem moldado a disciplina até hoje, apesar dos conflitos internos. A área de Relações Internacionais (RI) seguiu um caminho independente, uma vez que seus pioneiros na década de 1970 foram formados em História, orientados por escolas francesas de pensamento, relacionados com a carreira diplomática brasileira e agrupados na Universidade de Brasília. Como disciplina científica, RI só decolou em meados da década de 1990, como consequência do lançamento da revista *Contexto Internacional* pela Universidade Católica do Rio de Janeiro e da abertura do seu programa de mestrado na década anterior. Em 2001, esta universidade começou um programa de doutorado com um corpo docente majoritariamente treinado no exterior.

A história foi um pouco diferente nos países de língua espanhola. No início, a maior parte dos currículos universitários combinava influências americanas e europeias, com um pouco de predomínio da última. Isto se deu graças a cinco fatores. O primeiro foi a persistente influência de visões políticas sobre o mundo que chegavam da Europa: do republicanismo ao nacionalismo passando pelo liberalismo, comunismo e democracia social, o pensamento europeu sempre teve um forte controle sobre os debates políticos do Novo Mundo. Segundo, a maioria dos sistemas educacionais na América espanhola foi moldada segundo o modelo organizacional que caracteriza a Europa continental. Em terceiro lugar, a maioria dos fundadores das ciências políticas se baseou em experiências mistas, alguns deles foram treinados nos Estados Unidos, enquanto outros completaram estudos de pós-graduação na Europa (por exemplo, Natalio Botana, Isidoro Cheresky, Emilio de Ipola, Francisco Delich, Liliana de Riz, Arturo Fernández, Eugenio Kvaternik, Carlos Pérez Llana e Juan Carlos Torre na Argentina, Jorge Lanzaro, Francisco Panizza e Luís Costa Bonino no Uruguai, e Oscar Godoy, Manuel Garretón, Carlos Huneeus, Roberto Durán, Ricardo Israel, Ignacio Walker e Alberto van Klaveren no Chile). Quarto, a agenda de pesquisa europeia parecia mais atraente: a experiência com autoritarismo, democratização, neo-corporativismo, desenho

institucional, estado de bem-estar social e sistemas partidários comparativos parecia mais pertinente para a época do que uma disciplina com base em pesquisas, a maioria não comparativas, focadas em instituições consolidadas, como a americana. Quinto, as ideologias que prevaleceram entre os membros do corpo docente (o marxismo, a democracia social e, na Argentina, o populismo nacional) eram mais abertas a novas ideias vindas da Europa do que do mal quisto Estados Unidos, cujas freqüentes intervenções políticas não conquistaram simpatias na região.

Assim como as disciplinas maiores de ciências políticas e relações internacionais, os estudos europeus, chegaram tarde na América Latina; ao contrário deles, no entanto, o seu desenvolvimento foi praticamente nulo até muito recentemente. Este fato é menos chocante se levarmos em conta que os estudos de área ainda são embrionários na região – com exceção daqueles focados na própria América Latina. O estudo da política europeia, quer a nível nacional ou regional, limitava-se a cursos gerais sobre sistemas políticos comparados ou relações internacionais. Seminários sobre política europeia eram oferecidos apenas esporadicamente, inclusive nos programas de pós-graduação dedicados a estudos comparativos de integração regional.

A organização que poderia ter consolidado o estudo da integração europeia foi criada em 1965. O Instituto para a Integração Latino-Americana (INTAL), uma unidade do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi concebido como uma agência de pesquisa, consultoria e difusão. Com sede em Buenos Aires, e sob a égide do presidente do BID, Felipe Herrera, o Instituto lançou uma série de publicações que se tornariam os mais importantes veículos de reflexão sobre a integração latino-americana durante décadas: *Boletín de la Integración*, *Revista de la Integración*, *Derecho de la Integración*, *Integración Latinoamericana* e a ainda ativa *Integración & Comercio*. A maior parte da produção do INTAL seguiu a abordagem histórico-estruturalista da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), um enquadramento que incluía uma grande quantidade de inovações conceituais: relações centro-periferia, deterioração dos termos de troca, desequilíbrio estrutural de pagamentos, desenvolvimento planejado e integração regional (Bielschowsky, 1998). No entanto, o INTAL proporcionou um ambiente mais pluralista e foi influenciado por eventos que os fundadores da CEPAL não poderiam ter previsto, como os choques do petróleo, o fim da Guerra Fria e o surgimento do Sul Global. As relações do Instituto com integração tem sido feitas através do prisma da economia, principalmente com foco em comércio e investimento. Notavelmente, o processo de

integração europeia nunca se tornou uma referência nem para a CEPAL e nem para o INTAL.

Durante os primeiros anos da transição democrática, vários centros de pesquisa não-universitários ganharam destaque: CEDES, CLADE e EURAL na Argentina, CEBRAP e CEDEC no Brasil, CERC e CIEPLAN no Chile, e CIESU, CLAEH e CIEDUR no Uruguai³. Estes foram patrocinados por agências estrangeiras e *think-thanks*, entre os quais alguns norte-americanos, como o IAF dos EUA, o IDRC do Canadá, e as fundações Ford, Mac Arthur e Tinker; curiosamente, também receberam patrocínio do SAREC sueco, do ICI⁴ espanhol e das fundações alemãs Konrad Adenauer e Friedrich Ebert (Garcé 2005; Guiñazú e Gutiérrez 1991-2; Huneeus 2006). Todavia, a maioria das atividades estavam centradas em torno da agenda da transição democrática, por isso mesmo os projetos relacionados com a Europa concentravam-se principalmente nesta questão.

Em 1985, o Instituto de Relações Europa-América Latina (IREAL) foi estabelecido. Sediado em Madri, o IREAL reuniu as pessoas mais importantes que trabalhavam em ambos os continentes, incluindo acadêmicos, empresários e diplomatas. Curiosamente, o futuro Ministro Adjunto de Relações Exteriores chileno Alberto van Klaveren foi nomeado Diretor Conjunto como representante dos Países Baixos (Sepúlveda Almarza 1986, p. 571). O IREAL organizou uma série de eventos e produziu várias publicações, até que a má gestão financeira levou ao seu fechamento em 2000.

Na década de 1990, três acontecimentos poderiam ter empurrado os estudos da UE para a frente. Primeiro, as ciências políticas sofreram um forte impulso: na Argentina e no Chile, universidades recém-criadas estabeleceram departamentos de ciências políticas, e tanto os novos quanto os antigos departamentos lançaram uma onda maciça de programas de pós-graduação (Leiras, Abal Medina e D'Alessandro 2005; Bulcourf e D'Alessandro 2002; Fuentes e Santana 2005). Em segundo lugar, em 1991, o Mercosul foi fundado. Reu-

3 CEDES: *Centro de Estudios de Estado y Sociedad*; CLADE: *Centro Latinoamericano para el Análisis de la Democracia*; EURAL: *Centro de Investigaciones Europeo-Latinoamericanas* (Argentina); CEBRAP: *Centro Brasileiro de Análise e Planejamento*; CEDEC: *Centro de Estudos de Cultura Contemporânea* (Brasil); CERC: *Centro de Estudios de la Realidad Contemporánea*; CIEPLAN: *Corporación de Estudios para Latinoamérica* (Chile); CIESU: *Centro de Informaciones y Estudios del Uruguay*; CIEDUR: *Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo*; CLAEH: *Centro Latinoamericano de Economía Humana* (Uruguai).

4 IAF: *Inter-American Foundation* (Estados Unidos); IDRC: *International Development Research Centre* (Canadá); ICI: *Instituto de Cooperación Iberoamericana* (Espanha); SAREC: Agência Sueca para Pesquisa em Países em Desenvolvimento (Suécia).

nindo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e tendo o Chile como membro associado, o Mercosul refletiu a tentativa de, por meio da democratização dos governos, emular o caminho da União Europeia, em sua busca conjunta pela a consolidação democrática e prosperidade econômica. Por fim, vários países europeus – liderados pela Espanha – firmaram-se entre os maiores parceiros comerciais ou investidores estrangeiros depois que muitos Estados sul-americanos decidiram privatizar suas empresas públicas.

Em retrospecto, no entanto, fica claro que os novos desenvolvimentos não trouxeram avanços significativos para os estudos europeus. Novamente, isso pode ser creditado a cinco fatores. Primeiro, a maioria dos centros de pesquisa foi praticamente esvaziada em consequência de muitos estudiosos assumirem cargos políticos no âmbito das novas administrações democráticas (Huneeus, 2006). Em segundo lugar, a normalização da política democrática diminuiu o interesse de patrocinadores estrangeiros em financiar centros não universitários de pesquisa e os governos optaram por apoiar as universidades públicas, onde os currículos eram menos sensíveis a questões relevantes no exterior. Terceiro, o fim da Guerra Fria e a democratização da Europa Central e Oriental roubou atenção e recursos da América Latina. Quarto, para a maioria dos governos europeus a América Latina não figurava destacadamente na maioria das questões emergentes da agenda internacional, tais como a proliferação nuclear, o terrorismo, e até mesmo a migração. Quinto, a expansão global do neoliberalismo promovia agendas familiares para instituições de pesquisa americanas, em vez de europeias, chamando a atenção de vários estudiosos latino-americanos que percorreram um longo caminho desde a rejeição na década de 1960 até a devoção na década de 1990.

Havia, porém, alguns pioneiros que começaram a estudar a integração europeia muito a frente do seu tempo e de seus colegas. Félix Peña, na Argentina, Sonia de Camargo, no Brasil, Roberto Durán, no Chile, e Pérez Antón Romeo no Uruguai destacam-se entre eles.

Félix Peña, atualmente professor na *Universidad Nacional de Tres de Febrero*, obteve uma licenciatura em Direito na Argentina, um diploma em Direito Europeu da Universidade Católica de Louvaine, e um PhD em Direito na Universidade de Madri em meados de 1960. Depois de uma colaboração acadêmica, no início de sua carreira, com Celso Lafer – um ilustre estudioso brasileiro, que serviria duas vezes como Ministro das Relações Exteriores – ele participou das negociações que levaram à criação do Mercosul. Na década de 1990, Peña tornou-se subsecretário de integração econômica e de comércio exterior, enquanto presidiu o Clube Europa-Argentina e participou de várias

redes euro-latino-americanas de alto nível. Ele atualmente leciona uma matéria sobre as lições das experiências europeias para o Mercosul.

Ao contrário de Peña, Sonia de Camargo completou todos os seus estudos universitários em casa. Cientista política formada nas Universidades Federais do Rio de Janeiro, São Paulo e pela FLACSO⁵ na década de 1970, ela tem sido professora da Universidade Católica do Rio de Janeiro durante a maior parte de sua carreira. Como editora de longa data da *Contexto Internacional*, ela tornou a revista a fonte mais consistente da América Latina na publicação de artigos dedicados ao processo de integração europeu e temas relacionados. Parcialmente aposentada, ela ainda leciona cursos sobre a história da UE, a sua evolução e perspectivas.

Roberto Durán é professor do Instituto de Ciência Política da Universidade Católica do Chile. Ele estudou, durante a graduação, na Suíça (Genebra e Friburgo) e no Uruguai, e fez a pós-graduação em ciências políticas em Genebra e Leuven (Bélgica). Ele é ex-presidente da Associação de Estudos da Comunidade Chileno-Europeia (ECSA-Chile), e atualmente ensina uma matéria intitulada *A política internacional da União Europeia*.

Romeo Pérez Antón é doutor em direito e professor da *Universidad de la República* (Uruguai). Ele passou alguns meses em Bruxelas, ainda em 1980, para estudar as relações das Comunidades Europeias com a América Latina, e tem sido associado a redes transatlânticas desde então. Como Félix Peña, ele participou de várias edições do Fórum Euro-Latino Americano, uma iniciativa coordenada pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) de Lisboa, sob a coordenação de Álvaro de Vasconcelos. Ele já publicou textos sobre relações UE-Mercosul em conexão com o Instituto de Estudos Internacionais da Universidade Complutense de Madri.

Dos quatro pioneiros, Peña é o que melhor canalizou sua competência em assuntos europeus para a elaboração de políticas regionais, enquanto Camargo é quem teve a maior produtividade acadêmica sobre a UE. Por sua parte, Durán se destaca como um construtor de instituições, tendo contribuído não só para consolidar o ramo mais ativo da ECSA na região, mas também por lhe ter conferido uma identidade ligada à ciência política, em vez de jurídica, enquanto Pérez Antón foi decisivo para elevar o perfil das questões europeias em um país em que a disciplina de relações internacionais nunca decolou.

5 A *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO) é uma organização intergovernamental da América Latina e do Caribe dedicada à pesquisa, ao ensino e à disseminação das ciências sociais. Ela foi criada em 1957 por uma iniciativa da UNESCO.

Surpreendentemente, em todos os países estudados existe apenas um curso curricular (ou seja, bacharelado, mestrado ou doutorado) especializado em estudos europeus: o Mestrado em Relações Internacionais Europa-América Latina, oferecido por uma... universidade europeia! De fato, a Universidade de Bolonha, com sede no exterior em Buenos Aires desde 1998, organizou um sólido programa de dois anos e os estudantes devem passar um na Argentina e outro na Itália. Há uma série de seminários que focam tanto na política europeia comparada como na integração da UE e suas relações com a América Latina, sendo todos os instrutores europeus. Não há nenhuma pesquisa original sobre as questões europeias sendo desenvolvida na filial de Buenos Aires da universidade. No entanto, há um Módulo Jean Monnet sob a responsabilidade de Lorenza Sebesta, que se formou na Sciences Po (Master) e na Universidade de Florença (PhD). Pesquisadora do Instituto Universitário Europeu entre 1989 e 1996, desde então ela tem sido Professora Jean Monnet no campus de Forlì, da Universidade de Bolonha, onde criou e dirigiu um centro de estudos sobre a integração europeia: *Punto Europa*. Em 2003, ela tornou-se professora *ad personam* e começou a lecionar em Buenos Aires, onde ela criou outra *Punto Europa*. Desde 2005, ela dirige a revista *Puente@Europa*, que dissemina informações e pesquisas sobre a UE. Juntamente com Giorgio Alberti, o estudioso italiano nomeado como primeiro diretor do campus da Bolonha em Buenos Aires, ela contribuiu para a criação do Observatório União Europeia-América Latina (OBREAL) em 2004.

O OBREAL é uma rede estabelecida por 26 instituições acadêmicas e centros de pesquisa de ambas as regiões e tem sede na Universidade de Barcelona. Ele procura promover o intercâmbio entre os setores governamentais, acadêmicos e sociais na Europa e na América Latina, e foi criado após um convite aberto com o patrocínio da Comissão Europeia. A Comissão salientou que as relações transatlânticas tornaram-se mais próximas, como resultado das cúpulas bi-regionais, dos acordos de associação existentes e negociações correntes, logo, mais pareceres seriam necessários para as tomadas de decisão. O OBREAL reuniu instituições que foram disseminadas em vários países, facilitando assim a sua coordenação e aumentando a sua visibilidade. Desde 2008, após a interrupção do financiamento da UE, o OBREAL reorientou suas funções em gestão de projetos e incorporou novos membros.

Além de Bolonha, a presença de Estudos Europeus no currículo universitário argentino está quase nula. Nenhum departamento em qualquer uma das maiores universidades tem um curso com a Europa em seu nome, nem mesmo nas poucas pós-graduações dedicadas à integração regional. Como raras exceções destacam-se o Mestrado em Negociações Internacionais oferecido conjuntamente pela FLACSO e as universidades de San Andrés e Barcelona (novamente, uma instituição de ensino superior europeu), em que Roberto Bouzas, Ramón Torrent e Gustavo Prada ministram um seminário de introdutório sobre a UE. Este curso é parte de um Módulo Jean Monnet. Notoriamente, os dois mestrados de integração regional oferecidos pelas universidades de Buenos Aires e Rosário, respectivamente o primeiro e segundo maiores departamentos de ciências políticas no país, não têm um único curso sobre a Europa. Da mesma forma, os dois mestrados oferecidos pela *Universidad de Tres de Febrero*, onde Félix Peña e José Paradiso lecionam, incluem um curso de Processos Comparados de Integração, mas nenhum específico sobre a Europa. Curiosamente, no programa de bacharelado da Universidade de Buenos Aires há matérias fixas sobre o Oriente Médio e o Extremo Oriente, mas apenas esporádicas sobre desenvolvimentos europeus contemporâneos.

Embora haja uma sucursal da ECSA na Argentina desde 1998, que promove uma reunião anual, ela tem pouca visibilidade. Isso se deve, em primeiro lugar, por não ser localizada em Buenos Aires, mas em Rosário, uma falha significativa em um país tão centralizado como a Argentina, e segundo, por não focar em ciências políticas, ou ser pelo menos multi-disciplinar, mas ter principalmente um foco jurídico – coisa de advogados⁶. O presidente fundador e atual é Miguel Ángel Ciuró Caldani.

A mais antiga e mais conceituada revista de ciências sociais da Argentina, *Desarrollo Económico*, publicou apenas cinco artigos sobre a Europa nos 196 volumes editados desde 1961, a maioria de autoria de estudiosos europeus ou com base na Europa. Outras revistas relevantes, tais como *POSTData* e *Revista SAAP* publicaram apenas três e dois, respectivamente, ao longo de sua existência.

Na *Universidad de la República* do Uruguai, nenhum programa de ciências políticas em qualquer nível inclui cursos específicos sobre a Europa. No entanto, há um programa de relações internacionais da Faculdade de Ciências Sociais cujo diretor, Lincoln Bizzozero, especializa-se em processos de regio-

6 Entre os acadêmicos jurídicos e de economia que publicaram livros sobre assuntos europeus encontram-se Florencia González-Oldekop e Luis Felipe Agramunt na Argentina, Karine de Souza Silva no Brasil e José Ignacio Martínez Estay no Chile.

nalização e tendo publicado várias peças sobre as relações UE-Mercosul. Por sua vez o CLAEH, um prestigiado centro de pesquisa e instituto universitário, oferece desde 2011 um curso de mestrado sobre integração e o Mercosul, que não apresenta qualquer matéria levando a Europa em seu nome. Pérez Antón é tanto o reitor da CLAEH quanto o coordenador do mestrado.

Notoriamente, assuntos europeus estão ausentes da agenda da comunidade científico-política uruguaia. Nos três congressos nacionais realizados entre 2006 e 2010, apenas três trabalhos apresentados trataram do tema, todos no mesmo painel. Além disso, apenas um artigo sobre política europeia foi publicado nas 18 edições da *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, sendo este de autoria de um professor de espanhol.

Montevideú é sede do Centro de Formação para a Integração Regional (CEFIR), uma instituição criada em 1993, com fundos da Comissão Europeia, que foi concebida para apoiar o nascente projeto do Mercosul e para promover as suas relações com a UE. O CEFIR treinou vários funcionários públicos e produziu várias publicações. Ele foi inicialmente presidido por Jorge Grandi, um estudioso argentino com experiência europeia, que contribuiu para fomentar laços entre o CEFIR e o Instituto Europeu de Administração Pública em Maastricht.

Embora a maior parte dos diplomas em ciências políticas e relações internacionais oferecidos por universidades chilenas não incluam nenhum curso sobre a Europa em qualquer nível de graduação, há uma série de programas de especialização e cursos de formação dedicados ao tema. As Universidades do Chile e Adolfo Ibáñez oferecem um diploma conjunto em Estudos de Integração Regional, dirigido por Fernando Laiseca e Paz Milet. Embora com um forte viés jurídico, a Universidade de Los Andes oferece um diploma em Direito e Instituições da UE. A Universidade de Concepción tem um programa em Estudos Europeus, inicialmente dirigido por Paulina Astroza, que começou a dirigir um Módulo Jean Monnet em 2010 e foi sucedida por Beatriz Larraín.

A Universidade Diego Portales também abriga um Módulo Jean Monnet, presidido por Beatriz Hernández, uma nativa da Espanha que ensina integração europeia e cooperação internacional. No que diz respeito a matérias individuais, Roberto Durán leciona uma sobre a política externa da UE na Universidade Católica, e a Universidade do Chile tem outra sobre Direito Europeu e da Integração, que pertence à escola de direito, e não ao departamento de ciências políticas. Apesar de tudo isto, no IX Congresso da Associação Chilena de Ciências Políticas, realizado em novembro de 2010, apenas um dos

65 painéis foi dedicado a estudos europeus. No anterior, realizado em 2006, a pontuação foi nenhum em 50.

A ECSA-Chile é uma associação profissional criada em 2000, com o objetivo de promover e divulgar estudos sobre relações internacionais, com ênfase no processo de integração europeia. Entre seus membros fundadores estão Iris Vittini, Alberto Rioseco e diplomatas como María Teresa Infante e Alberto van Klaveren. Ela mantém um website pobre, mas age como ponto focal e fonte de informação para os interessados em assuntos europeus e organizou cinco conferências nacionais até hoje. Por seu lado, o Centro Latino-Americano para as Relações com a Europa (CELARE) é uma associação privada fundada em 1993 para reforçar os laços entre a UE e a América Latina. Tem sua sede em Santiago e entre seus membros se encontram diversos diplomatas, muitos dos quais já presidiram embaixadas chilenas na UE ou nos principais países europeus. Seu perfil está mais perto de consultoria, *networking* e disseminação (*dissemination*) do que acadêmico.

As relações do Brasil com a Europa exigem uma breve introdução histórica para serem devidamente compreendidas. No início do século XX, o Brasil foi um dos primeiros países da América Latina a prever o surgimento dos Estados Unidos como potência mundial e, assim, trocou cedo seu alinhamento da Grã-Bretanha para o novo *hegemon*. Como consequência dessa aliança tácita, o Brasil foi o único país latino-americano a lutar nas duas guerras mundiais. Embora os laços com a maioria dos países europeus nunca tenham sido cortados, foi a relação com a superpotência ascendente que definiu a posição internacional do Brasil desde então. Como preocupações acadêmicas seguiram a orientação da política externa, as ciências sociais em geral, e as Relações Internacionais em especial, focaram em agendas que envolveram os EUA, em lugar da Europa, como fonte de interesse acadêmico e político. Esta tendência agravou-se recentemente, com cada vez mais estudantes de pós-graduação optando por estudar em universidades americanas em vez de europeias. A mesma tendência é visível a nível profissional: uma pesquisa recente mostrou que 90% dos cientistas políticos brasileiros que mantinham uma posição em uma universidade estrangeira se localizavam em instituições norte-americanas, enquanto o mesmo era verdade para apenas 40% dos argentinos e nenhum dos uruguaios (Malamud e Freidenberg 2010).

Entretanto, nas duas últimas décadas, as principais revistas brasileiras de ciências sociais têm publicado vários artigos focados em assuntos europeus. Primeiro vêm as duas revistas dedicadas às relações internacionais: a Contexto Internacional publicou 21 artigos contendo “Europ*” no título ou nas pala-

vras-chave desde 1985, enquanto que a Revista Brasileira de Política Internacional incluiu 19 desde 1997. A maioria dos artigos que tratam especificamente da UE o fazem a partir de uma abordagem descritiva ou narrativa, em vez de teórica ou explicativa, e mais da metade desenvolve uma comparação explícita com o Mercosul e outros blocos latino-americanos – geralmente sobre as vias de institucionalização. Alguns deles não são mais que revisões de literatura. Periódicos mais amplos sobre as ciências sociais também concederam algum espaço a questões europeias: Lua Nova publicou seis artigos, Dados, três, e a Revista Brasileira de Ciências Sociais, um, desde meados da década de 1990 (ver tabela abaixo para referências completas). Os autores mais frequentes têm sido Sonia de Camargo, Marcelo de Almeida Medeiros, Miriam Saraiva, Estêvão de Resende Martins e Ana Paula Tostes, todos os quais publicaram pelo menos duas peças.

Tabela I. *Artigos sobre assuntos europeus publicados nos principais periódicos brasileiros sobre ciências sociais*

Periódico	Edições publicadas desde (ano)	Média de artigos por edição	Total de artigos com foco em assuntos europeus
Contexto Internacional	65 (1985)	6	21
Revista Brasileira de Política Internacional	28 (1997)	9	19
Lua Nova	40 (1997)	7	6
Dados	54 (1996)	7	3
Revista Brasileira de Ciências Sociais	40 (1997)	9	1

Fonte: elaboração própria. Dados extraídos da *Scientific Electronic Online Library – Scielo Brazil* (<http://www.scielo.br/>) e *Contexto Internacional* (<http://publique.rdc.puc-rio.br/contextointernacional/>) em dezembro de 2010.

Camargo e Tostes completaram seus doutorados em universidades brasileiras, embora a última tenha trabalhado no exterior (na Michigan State University) até 2011, quando foi contratada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Os demais autores foram treinados na Europa: Marcelo de Almeida Medeiros é doutor pela Sciences Po, Grenoble, e é professor da Universidade Federal de Pernambuco; Miriam Saraiva é PhD pela Universidade Complutense de Madri e é professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e Estêvão de Resende Martins tem um doutorado da Universidade de Munique e é professor na Universidade de Brasília. Mais recentemente, Elena Lazarou foi contratada pela Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, para iniciar um centro para Estudos Europeus. Lazarou é cidadã grega com um PhD da Universidade de Cambridge, e seus interesses de pesquisa e missão

institucional podem contribuir para a consolidação de uma comunidade acadêmica brasileira dedicada ao estudo da Europa.

Considerando a região como um todo, no congresso da Associação Latino Americana de Ciência Política (ALACIP) que aconteceu em Buenos Aires em julho de 2010, apenas oito dos 1.230 trabalhos trataram de assuntos europeus, embora a maioria tenha focado na política nacional e comparativa, em vez de na Europa como um todo.

Significativamente, a Seção Europa e América Latina (ELAS) da Associação de Estudos Latino Americanos (LASA, a maior associação do mundo dedicada ao estudo da região) tem sido um fórum com participação ativa de estudiosos do Cone Sul: Andrés Malamud, Carlos Quenan e Miriam Saraiva tem alternado como membros de seu comitê executivo desde 2003. Desde então, a ELAS patrocinou dois painéis em todos os congressos da LASA, um deles com foco em relações Europa-América Latina e outro em processos políticos comparados, como a integração regional ou populismo.

PESPECTIVAS

Embora a UE seja uma referência incontornável quando se estuda a promoção da integração regional na América Latina, ela não se estabeleceu como um objeto independente de estudo. Pouquíssimas instituições acadêmicas desenvolveram centros de pesquisa ou diplomas universitários que tratem de estudos da UE em particular ou de política europeia no geral, e a Comissão Europeia tem historicamente financiado redes transatlânticas, em vez de programas baseados em países específicos como Cátedras Jean Monnet ou Centros de Excelência – que são inexistentes na região – ou Módulos Jean Monnet – que são escassos. Porém, uma mudança pode estar em curso, já que um Instituto de Estudos Europeus (IEE) acaba de ser criado no Brasil depois de um convite público da Comissão. A maior parte das melhores universidades brasileiras formaram uma rede nacional para concorrer a três milhões de euros oferecidos pela UE para financiar o IEE. Apesar de uma proposta coordenada pela Universidade de Brasília e apoiada pelas principais instituições do Rio de Janeiro inicialmente parecer assumir a liderança, o projeto foi finalmente adjudicado a um consórcio de oito instituições reunidas em torno das três universidades estaduais de São Paulo e coordenado pela maior delas, a USP. Os outros cinco membros são todas universidades federais (Santa Catarina, Goiás, Minas Gerais, Piauí e Pará). O IEE foi criado para desenvolver pesquisa e atividades de treinamento e *outreach* dedicados à Europa, incluindo

a criação do primeiro programa de doutorado em Estudos Europeus da América do Sul, e para ajudar a divulgar a “visão europeia” do mundo. Lançado em novembro de 2010, ele pode se tornar um divisor de águas em relação aos estudos da UE na América Latina – ou apenas uma decepção, assim como o IRELA e o OBREAL anteriormente. No entanto, esta tentativa poderia atrair mais atenção por parte da Comissão, já que o IEE está enquadrado no âmbito das parcerias estratégicas bilaterais que a UE tem alimentado com o Brasil e outras potências emergentes. Outros instrumentos de cooperação existentes, tais como ações Jean Monnet, Erasmus Mundus, ALBAN e programas ALFA⁷, e centros de estudo UE-Mercosul podem ajudar a criar uma massa crítica, mas até agora não foram suficientes para sedimentar os Estudos Europeus na região.

O futuro das relações UE-América Latina é outra área em que mais pesquisas e análises serão necessárias. Curiosamente, isso não se deve ao fato da América Latina está se firmando no mundo como um único ator, mas precisamente porque seus países estão se afastando e são necessárias abordagens mais sutis para lidar com a crescente diversidade. Por exemplo, o México e a América Central orbitam em torno dos EUA, seu mercado e políticas, muito mais do que a América do Sul, onde os laços econômicos e culturais com a Europa são mais fortes. Como reconhecimento tácito das tendências divergentes dos países latino-americanos, a UE assinou acordos comerciais separados com o Chile, o México e, mais recentemente, na América Central, e está atualmente negociando acordos semelhantes com os países andinos e do Mercosul. No entanto, com a emergência da China e conforme o Pacífico se torna o centro de gravidade da economia mundial, a UE provavelmente perderá relevância. O financiamento de estudos acadêmicos sobre questões europeias poderia significar um contrapeso importante para essa tendência. Além disso, a cúpula UE-ALC, uma reunião bienal dos chefes de Estado e de Governo da América Latina, do Caribe e da União Europeia, tem ajudado a manter as relações transatlânticas na agenda acadêmica, uma vez que vários estudiosos são rotineiramente chamados para assessorar e colaborar nos relatórios da Cúpula.

Depois do Brasil, o Chile é o país onde os estudos da UE encontram as melhores perspectivas. Em 2006, a Universidade do Chile inaugurou um Centro de Estudos Europeus para desenvolver o ensino, pesquisa e atividades de *outreach* em conjunto com alguns países europeus. O Uruguai provavelmente não criará uma instituição semelhante em breve, e a Argentina deve continuar

7 O Programa Alban da Comissão Europeia é um programa de bolsas acadêmicas de alto nível endereçadas à América Latina. ALFA é um programa de cooperação entre instituições de ensino superior da União Europeia e da América Latina.

a descansar à sombra das iniciativas da Universidade de Bolonha para promover e divulgar os estudos europeus. Grandes temas de pesquisa envolvendo a Europa continuarão a figurar nos principais estudos sobre políticas comparadas e relações UE-América Latina. Estudos comparativos de integração, no entanto, tenderão a crescer conforme diversos projetos de regionalização, sejam eles rivais ou sobrepostos, são desenvolvidos na área (Malamud 2010).

O Consórcio Europeu de Pesquisa Política (ECPR) poderia contribuir para o crescimento os estudos europeus no Cone Sul. Atualmente, existem seis instituições australianas, seis israelenses, 17 canadenses, e 31 americanas associadas ao ECPR, mas apenas cinco instituições da América Latina. Seria benéfico para as ciências políticas latino-americanas em geral, e para Estudos Europeus em particular, que mais universidades se envolvam com as atividades do ECPR. Outras associações acadêmicas, como a Associação de Estudos da Comunidade Europeia (ECSA) ou a Associação de Estudos da União Europeia (EUSA) também poderiam prover estímulos cruciais e o financiamento necessário para que mais estudiosos latino-americanos participem de redes internacionais. Sem maior compromisso europeu, a Ásia tende a se tornar um ímã para as futuras gerações de estudiosos latino-americanos – assim como os Estados Unidos o são no presente e Europa já o foi no passado.

Andrés Malamud é Doutor pelo European University Institute em Florença. É pesquisador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Miguel de Luca é Doutor em Ciência Política pela Universidade de Florença na Itália. É presidente da Sociedad Argentina de Analisis Politico (SAAP) e professor e pesquisador na Universidade de Buenos Aires.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, D. From Fukuoka to Santiago: Institutionalization of Political Science in Latin America. *PS: Political Science & Politics*, v.39, n.1, p. 196-203, 2006.
- AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. La ciencia política en Brasil: el desafío de la expansión. *Revista de Ciencia Política*, v.25, n.1, p. 101-10, 2005.
- BIELSCHOWSKY, R. Evolución de las ideas de la CEPAL. *Revista de la CEPAL – Nro. Extraordinario*, p. 21-45, 1998.
- BULCOURF, P.; D’ALESSANDRO, M. La ciencia política en la Argentina. Desde sus comienzos hasta los años 80. *Revista de Ciencias Sociales*, v. 13, n.1 p. 139-230, 2002.
- FORJAZ, M. C. S. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, n.35, p. 101-20, 1997.
- FUENTES, C.; SANTANA, G. El “boom” de la ciencia política en Chile: escuelas, mercado y tendencias. *Revista de Ciencia Política*, v. 25, n.1, p. 16-39, 2005.
- GARCÉ, A. La ciencia política en Uruguay: un desarrollo tardío, intenso y asimétrico. *Revista de Ciencia Política*, v.25, n.1, p. 232-44, 2005.
- GUIÑAZÚ, M. C.; GUTIÉRREZ, M. A. La ciencia política en Argentina: de la inestabilidad a la transición. *Doxa. Cuadernos de Ciencias Sociales*, n. 6, p. 48-57, 1991-92.
- HUNEEUS, C. El lento y tardío desarrollo de la ciencia política en América Latina, 1966-2006. *Estudios internacionales*, n. 155, p. 137-56, 2006.
- LEIRAS, M.; MEDINA J. A.; D’ALESSANDRO, M. La ciencia política en Argentina: el camino de la institucionalización dentro y fuera de las aulas universitarias. *Revista de Ciencia Política*, v.25, n.1, p. 76-91, 2005.
- MALAMUD, A. Latin American Regionalism and EU Studies. *Journal of European Integration*, v.32, n.6, p. 637-57, 2010.
- MALAMUD, A.; FREIDENBERG, F. La diáspora rioplatense: Presencia e impacto de los politólogos argentinos, brasileños y uruguayos en el exterior. *VIII Congreso Iberoamericano de Indicadores de Ciencia y Tecnología*, RICYT, Madrid, 5 e 6 de outubro, 2010.
- ALMARZA, A. S. Las relaciones entre Europa y América Latina: El caso de IRELA. *Revista de Estudios Internacionales*, v.7, n.2, p.565-73, 1986.
- VAN KLAVEREN, A. Las relaciones políticas europeo-latinoamericanas. La necesidad de una sintonía más fina. *Nueva Sociedad*, n.189, p.54-68, 2004.